



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.196/2005

“Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.”

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DOS OBJETIVOS**

Artigo 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal, vinculado a SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou órgão equivalente.-

Artigo 2º - Respeitadas as competências exclusivas do LEGISLATIVO MUNICIPAL, compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- I – definir as prioridades da política de assistência social;-
- II – estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;-
- III – aprovar a Política Municipal de Assistência Social;-
- IV – atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;-
- V – apreciar e aprovar critérios para a programação, para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;-
- VI – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;-
- VII – aprovar critérios de qualidade para funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;-
- VIII – aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestem serviços de assistência social no âmbito municipal;-
- IX – apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;-
- X – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;-
- XI – zelar pela efetivação dos sistemas descentralizados e participativos da assistência social;-
- XII – convocar ordinariamente a cada 4 (quatro) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;-
- XIII – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;-
- XIV – aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.-

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

SECÃO I DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL terá a seguinte composição:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) 1 (um) representante da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou órgão equivalente;-
- b) 1 (um) representante do órgão de educação;-
- c) 1 (um) representante do órgão de saúde;-
- d) 1 (um) representante do órgão de finanças.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) 2 (dois) representantes de prestadores de serviços da área da assistência social;-
- b) 2 (dois) representantes de entidades de usuários ou de defesa de direitos de usuários da área de assistência social.-

§ 1º - Cada titular do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL terá um suplente oriundo da mesma categoria.-

§ 2º - Somente será admitida a participação no CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.-

§ 3º - A soma dos representantes que trata o inciso II, do presente artigo, não será inferior à metade do total de membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.-

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL serão nomeados pelo PREFEITO MUNICIPAL, mediante indicação das respectivas bases.-

§ 1º - Os representantes do GOVERNO MUNICIPAL serão de livre escolha do Prefeito.-

Art. 5º - A atividade dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL reger-se-á pelas disposições seguintes:

I – o exercício da função de CONSELHEIRO é considerado serviço público relevante e não será remunerado;-

II – os CONSELHEIROS serão excluídos do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas;-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

III – os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;-

IV – cada membro TITULAR DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL terá direito a um único voto na sessão plenária;-

V – as decisões do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL serão consubstanciadas em resoluções;-

VI – o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares;-

VII – o processo eleitoral da área não governamental se fará através de foro único;-

VIII – o período de mandato dos CONSELHEIROS será de dois anos podendo haver uma única recondução.-

SEÇÃO II **DO FUNCIONAMENTO**

Art. 6º - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I – plenário como órgão de deliberação máxima;-

II – as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;-

Artigo 7º - A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou equivalente, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;-

Artigo 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CONSELHO MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – consideram-se colaboradores do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;-

II – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL em assuntos específicos.-

Artigo 9º - Todas as sessões do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL serão públicas e precedidas de ampla divulgação.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo único: As resoluções do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, bem como os temas tratados em plenários de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.-

Artigo 10 – O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL elaborará seu REGIMENTO INTERNO no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.-

Artigo 11 – A SECRETARIA MUNICIPAL, a cuja competência estejam afetas as atribuições do objeto da presente Lei, passará a chamar-se SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.-

Artigo 12 – Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ESPECIAL no valor de R\$ 500,00-(QUINHENTOS REAIS) para as despesas com instalação do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.-

Parágrafo Único – Para cobertura do crédito especial aberto no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a eliminar rubrica orçamentária e a abrir a que for necessária no vigente orçamento.-

Artigo 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando expressamente revogada a Lei 753/96 e todas as outras disposições em contrário.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E CINCO. (20-04-2005)

Ver^a ALZIRA MACHADO FERNANDES ARAUJO

Presidente

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 27/04/2005, e transformada na Lei 1.196/2005, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais

At. Legislativo